

## Índice

---

### 5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	4
5.3 - Descrição - Controles Internos	8
5.4 - Programa de Integridade	11
5.5 - Alterações significativas	14
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	15

### 10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	16
10.2 - Resultado operacional e financeiro	32
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	35
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	36
10.5 - Políticas contábeis críticas	39
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	44
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	46
10.8 - Plano de Negócios	47
10.9 - Outros fatores com influência relevante	49

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

**(a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política**

A Companhia possui uma Política de Gerenciamento de Riscos com o objetivo de conhecer e responder adequadamente aos riscos aos quais a Companhia esteja exposta. A Política de Gerenciamento de Riscos vigente foi devidamente aprovada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 02 de outubro de 2019.

**(b) Objetivos e Estratégias da Política de Gerenciamento de Riscos**

A Companhia entende que o gerenciamento efetivo de riscos é um diferencial que traz confiança aos planos e estratégias de negócios, e que a Gestão dos Riscos aos quais estamos expostos é uma ferramenta importante para priorizar esforços para mitigar a sua materialização, ainda mais com o ambiente de negócios cada vez mais competitivo, rigoroso, digital e regulado. Assim, o objetivo da Política de Gerenciamento de Riscos é formalizar e divulgar os princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados nos procedimentos de Gestão de Riscos da Companhia, considerando seu apetite à tomada de risco no processo decisório.

A Companhia está em uma jornada de evolução de sua Governança Corporativa e está alinhando a Política de Gerenciamento de Riscos às recomendações de normas e práticas de gestão de riscos reconhecidas no mercado, como a ISO 31000, de modo a: (i) aumentar a probabilidade de atingir as metas estabelecidas pela Companhia; (ii) melhorar a identificação de oportunidades e ameaças; (iii) atender às políticas, normas e requisitos legais e regulatórios, padronizando conceitos e práticas; (iv) garantir a transparência na comunicação dos riscos identificados; (v) garantir base confiável de dados para a tomada de decisão e planejamento, fornecendo um fluxo dinâmico e eficiente de informação; (vi) alocar e utilizar eficazmente os recursos da Companhia, melhorando o ambiente de controles; (vii) melhorar a governança, assegurando que as práticas de Governança Corporativa da Companhia sejam seguidas e criticamente analisadas; (viii) prevenir ou minimizar perdas; e (ix) melhorar a eficácia e eficiência operacional, aumentando a resiliência da Companhia.

**(i) Riscos para os quais se busca proteção**

No escopo da Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia as seguintes naturezas de riscos são consideradas:

Natureza Estratégica: grupo de riscos que afetam os objetivos estratégicos, modelo de negócio, inteligência competitiva e governança da Companhia, além de fatores externos e independentes de ações internas.

Natureza Financeira: grupo de riscos relacionados à confiabilidade do balanço patrimonial e à exposição das operações financeiras. Para maiores informações, ver seção 5.2 deste Formulário de Referência.

Natureza Operacional: grupo de riscos relacionados a nossa infraestrutura (processos e pessoas), que afetam a eficiência operacional e utilização efetiva e eficiente de recursos.

Natureza Tecnológica: grupo de riscos associados aos sistemas aplicativos, ferramentas, tecnologias e informações/dados.

Natureza Regulamentar: grupo de riscos relacionados ao cumprimento de legislação: trabalhista, cível, tributário/fiscal, ou que envolvem procedimentos relacionados a órgãos reguladores, como: contábil, CVM/B3, entre outros.

**(ii) Instrumentos utilizados para proteção**

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Em sua jornada de evolução de sua Governança Corporativa, a Companhia está estruturando o pilar de Gestão de Riscos e Controles Internos Riscos, com base em recomendações de normas e práticas de gestão de riscos reconhecidas no mercado, que é o guardião da Política de Gerenciamento de Riscos e responsável pelo constantemente fortalecimento da Gestão de Riscos na C&A.

A Diretoria Executiva da Companhia tem participado ativamente nesta jornada, que incluiu a atualização do Dicionário de Riscos, que considerou em sua criação aspectos como: (i) cenários interno, político e econômico; (ii) projetos estratégicos da Companhia; (iii) resultados de auditorias e (iv) evolução da cultura de *compliance* e riscos, e a priorização num Mapa Geral de Riscos, considerando para cada risco o seu potencial impacto para ao negócio e a probabilidade de cada risco se materializar.

A partir dos riscos identificados e priorizados, cabe as áreas de Negócio, implementar melhorias para garantir o adequado tratamento dos riscos. Tais atividades e prazos estão sendo definidos para todos os riscos e serão acompanhados pelo pilar de Gestão de Riscos e Controles Internos, sendo reportados periodicamente ao Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos e a Diretoria Executiva.

Este pilar também realizará, regularmente, o monitoramento dos riscos para:

- Verificar se o perfil de risco foi alterado;
- Identificar quando é necessário tratamento adicional;
- Obter segurança de que o gerenciamento de riscos é eficaz.

### (iii) Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia está assim segmentada:

- Conselho de Administração: responsável pela governança do processo local de gerenciamento de riscos, para que a Companhia seja gerenciada de maneira consciente e diligente, conforme as seguintes atribuições e responsabilidades:
  - Aprovar a política de gerenciamento de riscos;
  - Definir uma tolerância de risco apropriada, priorizando riscos e aprovando planos de mitigação; e
  - Supervisionar e aprovar planos de resposta a riscos, quando necessário.
- Comitê de Auditoria e de Gestão de Riscos: (i) avalia e monitora a exposição da Companhia a riscos que possam afetar a sua sustentabilidade; (ii) supervisiona as atividades da área de Auditoria Interna; (iii) avalia a efetividade do modelo de gestão de riscos da Companhia e sugere soluções de aprimoramento dos processos internos de gerenciamento de riscos ao Conselho de Administração; (iv) recomenda ao Conselho de Administração a revisão ou a implementação de alterações, priorizações e inclusões à matriz de riscos da Companhia; (v) assessora o Conselho de Administração da Companhia na avaliação de políticas, limites e planos de ação; e (vi) avalia e monitora o cumprimento e a efetividade da política de gerenciamento de riscos e recomenda correções ou aprimoramentos necessários ao Conselho de Administração.
- Diretoria Executiva: responsável por: (i) assegurar que o modelo de “três linhas de defesa” seja aplicado aos processos de gerenciamento de riscos e controles da Companhia; e (ii) acompanhar o processo de gerenciamento de riscos, patrocinando e monitorando a implementação de ações de tratamento de riscos eventualmente identificados pela Companhia.
- Gestão de Riscos e Controles Internos: (i) garante a vigilância constante do ambiente de risco da Companhia, reportando novos riscos para o Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos, quando necessário; (ii) antecipa e planeja possíveis falhas, bem como mantém uma margem prática e relevante de segurança; (iii) incentiva que a liderança da Companhia possua uma cultura de gestão de riscos; (iv) reporta as

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

atividades de gestão de riscos para o Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos; (v) toma decisões sobre os resultados do relatório de riscos, respostas específicas a novos riscos e mudanças no planejamento de planos de mitigação de riscos; (vi) busca melhorias no processo de gerenciamento de riscos continuamente; e (vii) supervisiona quaisquer programas necessários de treinamento e conscientização de riscos.

- Auditoria Interna: fornece ao Conselho de Administração, ao Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos e à área de Gestão de Riscos avaliações independentes, imparciais e tempestivas, consolidando, avaliando, monitorando e comunicando os riscos da Companhia e a qualidade/efetividade dos processos de governança.
- Áreas de Negócios: responsáveis por seguir o processo de gerenciamento de riscos, ao identificar, controlar e mitigar os riscos, com a implementação de processos e controles internos que tratem os riscos aos quais a Companhia está exposta.

### (c) Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos

O Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos avalia a efetividade do modelo de Gestão de Riscos adotado pela Companhia e supervisiona as atividades do pilar de Gestão de Riscos, fazendo recomendações de aprimoramento dos processos internos de gerenciamento de riscos para a análise, avaliação e tomada de decisões pelo Conselho de Administração da Companhia.

A Política de Gerenciamento de Riscos deve ser revisada e atualizada sempre que necessário pela área de Gestão de Riscos, mas no mínimo a cada 03 anos, sendo aprovada pelo Conselho de Administração, a fim de garantir a identificação de oportunidades e a melhoria contínua no modelo de gestão de riscos adotado pela Companhia.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

### (a) Política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia possui uma Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia, que devidamente aprovada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 2 de outubro de 2019, e uma Norma Corporativa de Gestão Financeira, aprovada pelo Diretor Administrativo e Financeiro em 27 de dezembro de 2019 – por questões estratégicas da Companhia, as diretrizes foram formalizadas em um Norma Corporativa, que é de uso interno e restrito dentro da Companhia.

### (b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado

#### (i) riscos de mercado para os quais se busca proteção

A Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia vigente define como riscos financeiros:

- Riscos de Mercado: é a possibilidade de alterações nos preços de mercado que possam afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços;
- Riscos de Crédito: é a possibilidade de perda resultante da incerteza quanto ao recebimento de valores pactuados com tomadores de empréstimos, contrapartes de contratos ou emissão de títulos. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes, de caixa e de equivalentes de caixa da Companhia;
- Riscos de Liquidez: é a possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor ou da possibilidade de falta de recursos para honrar compromissos assumidos em função do descasamento entre ativos e passivos.

Conforme exposto acima, a Companhia entende como o risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de riscos: risco de taxas de juros, risco cambial e risco de preço, o qual pode ser de commodities, de ações, entre outros. Nesse sentido, a gestão de riscos de mercado da Companhia se concentra na diminuição, mitigação ou transferência de exposições aos riscos de mercado aos quais está sujeita.

#### Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de mudanças nas taxas de juros que pode impactar o retorno sobre seus ativos de curto prazo e seus passivos financeiros indexados ao CDI

A análise de sensibilidade elaborada pela Companhia, conforme item 4.2 deste Formulário de Referência, é desenvolvida considerando a exposição ao CDI, que é o indexador atualmente utilizado tanto nas aplicações financeiras contratadas pela Companhia, como no pagamento de juros das dívidas contraídas.

#### Risco cambial

O risco cambial existe nas operações comerciais futuras e se dá, principalmente, em razão de: (i) importações de mercadorias denominadas em dólar norte-americano; e (ii) empréstimos com empresas partes relacionadas no exterior denominadas em Euro, sendo que a política de gestão de risco cambial é definida pela matriz da Companhia.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Para acompanhar este risco, a Companhia desenvolve uma análise de exposição sobre a variação cambial relacionada aos pedidos emitidos não cobertos pelo instrumento de hedge e aos impostos não recuperáveis no desembaraço das mercadorias para os quais a Companhia não está protegida, onde:

- O percentual de 36% de impostos não recuperáveis sobre as NDFs foi determinado conforme os percentuais de imposto de importação (35%, em média) e sobre o percentual não recuperável de COFINS sobre importação (1%).
- Para a definição da cotação do dólar no cenário esperado, utilizamos a mediana das expectativas de mercado segundo o Sistema de Expectativas de Mercado do Banco Central, na data de 31 de dezembro de 2021, considerando a expectativa do dólar para o próximo período de divulgação. A estimativa dos cenários foi adotada conforme a instrução CVM nº 475/08.

### (ii) estratégia de proteção patrimonial (hedge)

Para nos protegermos do risco cambial descrito acima, as seguintes estratégias foram adotadas:

- Importação de mercadorias

A Companhia se protege de oscilações cambiais do saldo a liquidar de suas importações por meio da contratação de *Non Deliverable Forwards* (NDFs) para as compras altamente prováveis previstas em orçamento. A contratação baseada no valor FOB das mercadorias delimita a exposição cambial e seu efeito sobre a composição de preços. No momento de nacionalização das compras incidem tributos que não pertencem ao objeto de hedge definido na contratação da NDF.

- Empréstimos com empresas partes relacionadas no exterior

O risco de variação cambial sobre os empréstimos em moeda estrangeira existentes até março de 2019 era mitigado por meio de contratação de swap, mediante o qual a variação cambial foi “trocada” pela taxa fixada do banco. Os empréstimos em moeda estrangeira foram liquidados na sua totalidade em março de 2019, e os empréstimos com partes relacionadas foram liquidados em sua totalidade em novembro de 2019.

Novos empréstimos passaram a ser contratados em moeda local não existindo, portanto, riscos cambiais com essa atividade financeira.

### (iii) instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

Como procedimento de gestão de seus riscos de mercado, a Companhia administra as suas exposições em moeda estrangeira relacionadas à compra de mercadorias por meio da contratação de instrumentos financeiros derivativos atrelados ao dólar, considerando a previsão de entrada de mercadorias no estoque contida no orçamento oficial da Companhia.

A partir de outubro de 2016, a Companhia designou formalmente para *hedge accounting* de fluxos de caixa os instrumentos derivativos para cobertura das suas importações futuras, altamente prováveis, em dólares com objetivo de proteger a volatilidade do custo de entrada das mercadorias no estoque em decorrência dos momentos desfavoráveis na taxa de câmbio.

A estrutura de hedge consiste na cobertura de uma transação prevista, altamente provável, de entradas de mercadorias no estoque em USD referente às importações de produtos que serão comercializados pela Companhia, contra o risco de flutuação de taxa de câmbio USD vs BRL, adotando como instrumento de cobertura, instrumentos financeiros derivativos como NDFs, em valores, vencimentos e moeda equivalentes ao budget de importações em

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

USD.

As transações para as quais a Companhia fez a designação de *hedge accounting* são altamente prováveis, apresentam uma exposição à variação do fluxo de caixa que poderia afetar lucros e perdas e são altamente efetivas em atingir as variações cambiais ou fluxo de caixa atribuível ao risco coberto.

Os instrumentos financeiros derivativos estão registrados a valor justo. Dessa forma, no início da transação de hedge, o valor contábil e valor justo são iguais.

As operações de hedge com NDF utilizadas para proteção do risco de fluxo de caixa de pedidos de importação seguiram a normativa prevista pelo CPC 48/IFRS 9, que define que caso uma operação se torne inefetiva, a parcela inefetiva é registrada diretamente no resultado, no período em que ocorrer.

### (iv) parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

A Companhia possui como prática gerir os riscos existentes de forma conservadora, sendo que esta prática possui como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios.

### (v) instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge)

A Companhia não utiliza instrumentos financeiros derivativos com objetivos diversos aos de proteção cambial e taxa de juros (hedge).

### (vi) estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

A estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia está assim segmentada:

- Conselho de Administração: responsável pela governança do processo local de gerenciamento de riscos, para que a Companhia seja gerenciada de maneira consciente e diligente, conforme as seguintes atribuições e responsabilidades:
  - Aprovar a política de gerenciamento de riscos;
  - Definir uma tolerância de risco apropriada, priorizando riscos e aprovando planos de mitigação; e
  - Supervisionar e aprovar planos de resposta a riscos, quando necessário.
- Comitê de Auditoria e de Gestão de Riscos: (i) avalia e monitora a exposição da Companhia a riscos que possam afetar a sua sustentabilidade; (ii) supervisiona as atividades da área de Auditoria Interna; (iii) avalia a efetividade do modelo de gestão de riscos da Companhia e sugere soluções de aprimoramento dos processos internos de gerenciamento de riscos ao Conselho de Administração; (iv) recomenda ao Conselho de Administração a revisão ou a implementação de alterações, priorizações e inclusões à matriz de riscos da Companhia; (v) assessora o Conselho de Administração da Companhia na avaliação de políticas, limites e planos de ação; e (vi) avalia e monitora o cumprimento e a efetividade da política de gerenciamento de riscos e recomenda correções ou aprimoramentos necessários ao Conselho de Administração.
- Gestão de Riscos: (i) garante a vigilância constante do ambiente de risco da Companhia, reportando novos riscos para o Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos, quando necessário; (ii) antecipa e planeja possíveis falhas, bem como mantém uma margem prática e relevante de segurança; (iii) incentiva que a liderança da Companhia possua uma cultura de gestão de riscos; (iv) reporta as atividades de gestão

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**

de riscos para o Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos; (v) toma decisões sobre os resultados do relatório de riscos, respostas específicas a novos riscos e mudanças no planejamento de planos de mitigação de riscos; (vi) busca melhorias no processo de gerenciamento de riscos continuamente; e (vii) supervisiona quaisquer programas necessários de treinamento e conscientização de riscos.

- Auditoria Interna: fornece ao Conselho de Administração, ao Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos e à área de Gestão de Riscos avaliações independentes, imparciais e tempestivas, consolidando, avaliando, monitorando e comunicando os riscos da Companhia e a qualidade/efetividade dos processos de governança.
- Diretoria Financeira: a área de Tesouraria deve (i) ajustar as exposições de acordo com os limites da Norma Corporativa de Gestão Financeira; e (ii) documentar o processo operacional da negociação das operações financeiras. O Gestor da Controladoria, por sua vez, deve: (i) garantir os níveis de exposição e o cumprimento da Norma Corporativa de Gestão Financeira, (ii) aprovar a estratégia de hedge proposta pela área da Tesouraria; e (iii) avaliar casos excepcionais. Por fim, o CFO deve: (i) submeter alterações de diretrizes da Gestão Financeira da Companhia para apreciação Conselho de Administração, (ii) aprovar eventuais alterações na Norma Corporativa de Gestão Financeira, e (iii) disseminar cultura de gestão de riscos.

**(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

O Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos avalia a efetividade do modelo de gestão de riscos adotado pela Companhia e supervisiona as atividades da área de Gestão de Riscos, fazendo recomendações de aprimoramento dos processos internos de gerenciamento de riscos para a análise, avaliação e tomada de decisões pelo Conselho de Administração da Companhia.

A Política de Gerenciamento de Riscos deve ser revisada e atualizada sempre que necessário pela área de Gestão de Riscos, mas no mínimo a cada 03 anos, sendo aprovada pelo Conselho de Administração, a fim de garantir a identificação de oportunidades e a melhoria contínua no modelo de gestão de riscos adotado pela Companhia.

A Norma Corporativa de Gestão Financeira deve ser revisada e atualizada sempre que necessário pela área de Tesouraria, mas no mínimo a cada 03 anos, sendo aprovada pelo CFO com base em diretrizes previamente aprovadas em Reunião do Conselho de Administração, a fim de garantir a identificação de oportunidades e a melhoria contínua no modelo de gestão de riscos financeiros, incluindo de riscos de mercado, adotado pela Companhia.



## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

### (a) principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia busca a melhoria contínua de sua estrutura de governança corporativa e o aprimoramento de seus controles internos. Dentre as ações realizadas ou em andamento, destacam-se: (i) estabelecimento da Gerência de Governança Corporativa, que se reporta ao Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos e está organizada em quatro pilares: a) Gestão de Riscos & Controles Internos, b) Segurança da Informação & Gestão de Identidade, c) Compliance Corporativo, Privacidade & Ética, e d) Auditoria Interna – sendo que foram adotadas todas as medidas necessárias para assegurar a adequada independência e segregação das funções entre as áreas; (ii) revisão ou instituição de políticas corporativas relevantes; (iii) aprimoramento de normas e procedimentos internos, incluindo os de *compliance* e anticorrupção; e (iv) aprimoramento de canal de denúncias.

A Companhia definiu e mantém um “Mapa de Processos”, considerando como diretriz para a classificação de seus controles internos: a) controles no nível de entidade: contempla os controles de governança corporativa que permeiam toda a Companhia e não somente um processo crítico; e b) controles no nível de processos: os processos consolidam os controles internos da Companhia numa visão sistêmica, impulsionando naturalmente os funcionários a entender a empresa como um conjunto de processos inter-relacionados e interdependentes, desvinculando o foco de um departamento ou de um conjunto de funções. Estes processos podem ser classificados em: (i) processo de negócio, que inclui atividades que geram valor para o cliente, ou (ii) processo transversal, conjunto de atividades que garantem o apoio necessário ao funcionamento adequado dos processos de negócios.

Todos os processos identificados no “Mapa de Processos” possuem uma Matriz de Riscos e Controles (MRC), bem como formalização das diretrizes em políticas e procedimentos, sendo que é de responsabilidade do pilar de Gestão de Riscos e Controles Internos, com apoio das Áreas de Negócios, garantir que essa documentação esteja sempre atualizada. Caso as Áreas de Negócios necessitem, Gestão de Riscos e Controles Internos pode auxiliar na revisão dos processos, com a visão de riscos e busca por controles compensatórios, quando necessário.

A Companhia definiu, ainda, processo de acompanhamento da implantação dos planos de ação decorrentes da avaliação periódica da eficácia e efetividade operacional dos controles chaves, de modo a verificar o status da implantação das melhorias nos controles e processos, bem como identificar possíveis novos riscos.

Com relação à prevenção e controle das práticas contábeis: (i) a Companhia segue as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS/CPC); (ii) as demonstrações financeiras são elaboradas pela Contabilidade, com apoio da Tesouraria, Tributário e Jurídico (áreas que respondem ao CFO da Companhia); (iii) as informações contábeis são registradas em sistemas internos utilizados pela Companhia; (iv) os lançamentos manuais buscam respeitar o *4-eye principle* (há um revisor independente); (v) as conciliações contábeis são controladas em sistemas internos utilizados pela Companhia; (vi) o fechamento contábil apenas é concluído após justificativa para as variações relevantes de todas as contas contábeis; e (vii) o balanço e a demonstração do resultado do exercício são revisados mensalmente pela Contabilidade.

Ademais, anualmente, os Auditores Externos atuam: (i) na emissão de relatório sobre as demonstrações financeiras; e (ii) na emissão de carta de recomendação sobre controles internos da Companhia de acordo com art. 25, inciso II, da Instrução CVM n.º 308/99.

Ainda, cumpre destacar que o Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos acompanha as atividades do pilar de Gestão de Riscos & Controles Internos e dos Auditores Externos.

### (b) estruturas organizacionais envolvidas

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

A estrutura de controles internos da Companhia é assim segmentada:

- Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos: acompanha as atividades das áreas de Controles Internos, da Auditoria Interna, e da Auditoria Externa, reportando ao Conselho de Administração quando necessário.
- Gestão de Riscos & Controles Internos: visa garantir que as respostas aos riscos, definidas pela Companhia, estão sendo aplicadas em seu ambiente de controles internos, seja pela melhoria de controles existentes ou por meio de novos controles, cumprindo a ela: (i) documentar e zelar pelo cumprimento das políticas, procedimentos, matrizes de riscos e controles; (ii) prover suporte em revisões de processo; (iii) avaliar periodicamente a aderência dos controles internos; (iv) atender as atividades de auditorias, como: interna, externa e de certificação; e (v) acompanhar a implementação de planos de ação das auditorias que atendeu.
- Compliance Corporativo, Privacidade e Ética: visa garantir o cumprimento de obrigações relevantes da Companhia por meio de um programa de *compliance*, conscientizando as áreas envolvidas e verificando a aderência de obrigações legais, regulatórias, contratuais, de governança e internas relevantes. Suas atividades contemplam: (i) revisão de políticas e procedimentos internos; (ii) apuração de relatos recebidos no canal de denúncias e condução de investigações internas; (iii) reporte ao Comitê Interno de Ética do resultado das investigações internas; (iv) definição de procedimentos de contratação e monitoramento de terceiros; (v) controle de brindes, doações e patrocínios; (vi) realização de treinamentos sobre assuntos de integridade; e (vii) monitoramento contínuo das ações de integridade.
- Auditoria Interna: (i) realizar auditoria de processos para identificar riscos, vulnerabilidades e oportunidades de melhorias ao longo de um processo de negócio, com avaliação do desenho dos controles e/ou execução de testes para assegurar a execução dos controles; (ii) verificar se os processos de negócio seguem as políticas e procedimentos internos, bem como as regulamentações e leis específicas; (iii) executar testes abrangentes e emitir parecer sobre o nível de conformidade da atividade; e (iv) identificar novos riscos, vulnerabilidades e oportunidades de melhoria avaliando e testando as melhorias nos controles implementados.
- Áreas de Negócios: responsáveis por desenhar e implementar os planos de ação para tratamento dos riscos aos quais a Companhia está exposta.

**(c) forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento**

O processo de Controle Interno relativo à elaboração das Demonstrações Financeiras e às práticas contábeis da Companhia está descrito no item 5.3.a deste formulário de referência.

Com o mapeamento dos controles chaves por processo, são executados testes periódicos para avaliar a eficácia e a efetividade operacional dos controles chaves, que são realizados pela área de Auditoria Interna, conforme Plano Anual aprovado pelo Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos. Para todas as deficiências identificadas em uma avaliação de controles internos, as Áreas de Negócios responsáveis definem planos de ação para remediá-las.

Anualmente, a Diretoria Executiva recebe carta de recomendação dos Auditores Externos, conforme requerido pelo art. 25, inciso II, da Instrução CVM n.º 308/99, propõe plano de ação e atua durante o ano para correção dos pontos identificados.

**(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente**

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

O relatório emitido pelo Auditor Externo relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 apontou as seguintes deficiências significativas sobre controles internos da Companhia:

- Reconhecimento de receita em decorrência de depósito judicial baixado indevidamente em anos anteriores (novo) - Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia recebeu o montante de R\$15.603, relacionado ao resgate do depósito judicial atrelado ao processo: 2003.001.017212-3, cujo encerramento ocorreu em 28/07/2021 com desfecho favorável à Companhia.

Ao reconciliar o valor recebido com os depósitos judiciais, a Companhia constatou que o ativo havia sido baixado indevidamente em anos anteriores, o que enseja em falha na reconciliação destes ativos usualmente gerenciados por terceiros (consultores legais externos).

Adicionalmente, além da falha no controle de reconciliação, a qual foi identificada devido ao consultor externo ter comunicado à Companhia, foi feito o registro do referido crédito no resultado do exercício corrente ao invés de do grupo de contas do patrimônio líquido, na rubrica de lucros acumulados, o que sensibilizou indevidamente o resultado do exercício corrente.

- Ausência de controle de super usuários (novo) – Durante o procedimento de avaliação interina do ambiente de IT, não foi identificado um controle específico para monitorar os acessos e o uso de super usuários (acessos privilegiados) dos sistemas em escopo.

A fragilidade de não possuir a revisão de acessos privilegiados expõem o ambiente de TI potencializando riscos associados a gestão de acesso lógico que possam comprometer a segurança lógica das informações/transações dos sistemas.

- Fragilidade no processo de gestão de acesso do sistema Equals (novo) - Ao revisar os processos de TI que suportam o ambiente do sistema Equals, identificamos que o processo de gestão de acessos é de responsabilidade e executado diretamente pela área de negócio sem o envolvimento de profissionais do time de gestão de identidade e/ou monitorados pela equipe de governança e controles internos.

O cenário supracitado representa um alto risco de acesso inapropriado ao ambiente do sistema Equals, uma vez que, impossibilita a companhia controlar adequadamente os privilégios de acessos concedidos e mantidos, considerando princípios importantes de segurança da informação e segregação de função que são planejados e estruturados para evitar que pessoas que não deviam ver, alterar ou excluir o dado/informação o façam indevidamente.

### **(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas**

A Administração tomou ciência e concorda com o relatório circunstanciado pelo Auditor Externo sobre os controles internos da Companhia durante o processo de auditoria relacionados ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, destacando que os apontamentos reportados estão sendo endereçados e que continuará adotando medidas para o constante aprimoramento dos controles internos e sistemas informatizados da Companhia. Os Diretores da Companhia entendem que as situações reportadas no relatório circunstanciado do Auditor Externo não têm impacto na precisão dos dados e na confiabilidade da elaboração das Demonstrações Financeiras da Companhia.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

**Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:**

**(a) se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:**

A Companhia tem a honestidade como cultura, atua em conformidade com as leis relacionadas aos seus negócios, e mantém um compromisso ético na realização das suas atividades. A Companhia estruturou e formalizou todas as suas boas práticas em políticas e procedimentos de integridade, em consonância com o propósito e os valores da Companhia.

Essas políticas e procedimentos de integridade reúnem um conjunto de mecanismos e procedimentos internos utilizados na prevenção, detecção e combate a desvios de conduta e descumprimento da legislação aplicável, tais como fraudes e corrupção. Ainda, as políticas e procedimentos consolidam e reforçam as regras e diretrizes gerais como o Código de Ética, políticas e ações conduzidas por diversas áreas funcionais da estrutura organizacional da empresa, em consonância com as suas respectivas atribuições, para pautar a conduta das lideranças, funcionários, parceiros e terceiros, evidenciando o compromisso da Companhia com a disseminação da cultura de honestidade e boas práticas de gestão e a constante promoção de um ambiente corporativo transparente e ético.

Os principais objetivos das políticas e procedimentos de integridade são: (i) promover a cultura de ética e conformidade; (ii) consolidar todas as iniciativas de conformidade, em especial as de anticorrupção; (iii) implantar as melhores práticas de acordo com os mais altos padrões éticos; (iv) assegurar que as políticas e os procedimentos de cada área estejam devidamente formalizados e sejam observados pelos funcionários; (v) estabelecer a cultura de gestão de riscos a fim de mitigá-los por meio da prevenção; (vi) buscar a melhoria contínua com base na análise, avaliação e desenvolvimento regular do programa e do ambiente normativo aplicável; e (vii) promover a transparência.

**(i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas**

Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados pela Companhia são: (i) definição de diretrizes e regras claras para orientar todos os funcionários, a saber: Código de Ética, devidamente aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 2 de outubro de 2019, e se aplica a todos administradores, funcionários e terceiros da Companhia, e Política de Prevenção e Combate à Fraude e Corrupção; (ii) treinamentos periódicos a todos os funcionários sobre o conteúdo do Código de Ética; (iii) detecção e interrupção de irregularidades por meio da institucionalização de canal de denúncias independente; (iv) monitoramento contínuo dos riscos aos quais a Companhia está exposta, incluindo o risco de conformidade; (v) revisão periódica de suas políticas e procedimentos internos; e (vi) implementação de Comitê Interno de Ética, responsável pela avaliação e resposta de questões de ética e integridade da Companhia.

**(ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes**

- Compliance Corporativo, Privacidade e Ética: é responsável por garantir o cumprimento de obrigações

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

relevantes por meio de um programa de compliance, conscientizando as áreas envolvidas e verificando a aderência da Companhia às obrigações legais, regulatórias, contratuais, de governança e internas relevantes. Suas atividades contemplam: (i) revisão de políticas e procedimentos internos; (ii) apuração de relatos recebidos no canal de denúncias e condução de investigações internas; (iii) reporte ao Comitê Interno de Ética do resultado das investigações internas; (iv) definição de procedimentos de contratação e monitoramento de terceiros; (v) controles de brindes, doações e patrocínios; (vi) realização de treinamentos sobre assuntos de integridade; e (vii) monitoramento contínuo das ações de integridade.

- **Comitê Interno de Ética:** é composto por cinco membros, sendo um dos membros o responsável pela Governança Corporativa, e os demais membros indicados pela Diretoria Executiva. Dentre as responsabilidades do Comitê Interno de Ética estão: (i) incentivar e monitorar a criação de programas de ética, conduta e anticorrupção, contemplando ações de disseminação, capacitação e treinamento referente aos códigos, políticas, procedimentos, leis e regulamentos aplicáveis; (ii) recomendar a aplicação das medidas disciplinares cabíveis referentes aos desvios de conduta mais graves; e (iii) comunicar periodicamente ao Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos informações sobre as suas atividades.

**(iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:**

A Companhia possui um Código de Ética que foi devidamente aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 2 de outubro de 2019. O Código de Ética define o propósito, visão e valores da Companhia, as diretrizes de comportamento esperadas por parte de seus funcionários, o papel e as responsabilidades da liderança, diretrizes de relacionamento com fornecedores e clientes.

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

As disposições do Código de Ética se aplicam, irrestritamente, a todos os funcionários, diretores executivos, membros de comitês e conselheiros da Companhia. Os preceitos estabelecidos devem ser observados em todas as relações profissionais mantidas com clientes, fornecedores, parceiros, agentes governamentais e com a sociedade. Além disso, o Código de Ética também se aplica a fornecedores de mercadorias e serviços, estabelecendo os padrões de conduta a serem respeitados.

- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

São realizados treinamentos periódicos a todos os funcionários e administradores a respeito do Código de Ética e normas relacionadas ao tema.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

O Código de Ética prevê a adoção das seguintes medidas disciplinares em caso de violações: (i) advertência oral; (ii) advertência por escrito; (iii) suspensão; (iv) demissão; (v) término antecipado da relação com o terceiro infrator; ou (v) medidas legais relacionadas a ressarcimento dos danos.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Ética foi devidamente aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 2 de outubro

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

de 2019 e está disponível no site de RI Companhia, também na intranet, e no website do Canal de Denúncias (<https://canaldeetica.com.br/cea/>).

**(b) se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:**

Reformulado em 2021, o Canal de Ética agora é um canal unificado para o acesso de todos os stakeholders da C&A. É um canal exclusivo para comunicação segura e, se desejada, anônima, de condutas consideradas antiéticas ou que violem os princípios éticos e padrões de conduta e/ou a legislação vigente.. O acesso ao canal de comunicação se dá pelo website <https://canaldeetica.com.br/cea/> (disponível em português, inglês e espanhol) ou pelo telefone 0800 591 8819.

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

O canal de denúncias é terceirizado. As informações registradas são recebidas pela empresa independente e especializada, assegurando sigilo absoluto e o tratamento adequado de cada situação pelo Compliance da C&A, sem conflitos de interesses.

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

O canal de denúncias está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros, como: clientes, fornecedores, parceiros, agentes governamentais e com a sociedade em geral.

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé**

O Código de Ética determina que a Companhia não tolerará qualquer forma de retaliação contra indivíduos que realizaram denúncias de boa-fé e compromete-se a proteger sua identidade, caso assim o denunciante prefira. O canal de denúncias não solicita os dados pessoais do denunciante, e pode ocultar as informações do relato recebido para quem irá realizar a apuração, de modo que se mantenha o anonimato.

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

O órgão responsável pela apuração de denúncias é pilar de Compliance Corporativo, Privacidade e Ética, que poderá contar com especialistas ou terceiros para auxiliá-la com tal função caso seja necessário.

**(c) se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas**

A Companhia não adota procedimentos específicos para identificação de vulnerabilidades em processos de fusão, aquisição e reestruturação societária, visto que não se trata de acontecimentos comuns em seu dia-a-dia.

Sem prejuízo, na hipótese de ocorrência dos casos citados, a Companhia efetuará a contratação de serviços especializados (consultorias, auditorias e avaliações jurídicas, conforme aplicável) para a condução de processos de “Due Diligence” de todos os aspectos necessários para a avaliação dos riscos envolvidos nas operações.

**(d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia adota regras, políticas, procedimentos e práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas**

Não houve alterações significativas na natureza dos principais riscos aos quais a Companhia está exposta ou na Política de Gerenciamento de Riscos adotada em relação ao último exercício social.

A Companhia entende que o cenário político e macroeconômico brasileiro ainda permanece desafiador e o cenário social, com consequências da pandemia da COVID-19 para a saúde da população mundial, ainda é delicado. Assim, a Companhia, com o suporte e acompanhamento de todos os seus Órgãos de Governança, tem tomado ações que julga necessária para a redução na exposição a tais riscos, mas ainda há um grau elevado de incertezas que podem continuar a impactar as atividades da Companhia e os indicadores operacionais para o próximo exercício fiscal.

## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante e que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.



## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os valores constantes deste item 10.1 foram extraídos das demonstrações contábeis consolidadas da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a nova norma que regula o tratamento contábil das Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16/CPC 06(R2) emitida pelo IASB e CPC, respectivamente. Para mais informações sobre o IFRS 16/CPC 06(R2), ver item 10.4 do Formulário de Referência, transcrito abaixo.

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente.

### (a) Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

Entendemos que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia são suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto e longo prazo. A geração de caixa da Companhia, juntamente com as linhas de crédito disponíveis, é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

Em 31 de dezembro de 2021, o índice de endividamento total (representado por passivo circulante acrescido do passivo não circulante e dividido pelo patrimônio líquido) era de 1,9x. Na mesma data, a posição de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras da Companhia era de R\$1.058 bilhão e a dívida líquida (caixa líquido) representada pelo total da soma dos empréstimos a pagar circulante e não circulante - deduzida do saldo de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras totalizava R\$317 milhões, com um índice de alavancagem financeira, que compreende a dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido, de 0,1x.

Em 31 de dezembro de 2020, o índice de endividamento total (representado por passivo circulante acrescido do passivo não circulante e dividido pelo patrimônio líquido) era de 1,8x. Na mesma data, a posição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia era de R\$ 1.509 bilhão e a dívida líquida (caixa líquido) representada pelo total da soma dos empréstimos a pagar circulante e não circulante - deduzida do saldo de caixa e equivalentes de caixa totalizava R\$ -298 milhões, com um índice de alavancagem financeira, que compreende a dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido, de -0,1x.

Em 31 de dezembro de 2019, o índice de endividamento total (representado por passivo circulante acrescido do passivo não circulante e dividido pelo patrimônio líquido) era de 1,2x. Na mesma data, a posição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia era de R\$ 447 milhões e a dívida líquida (representada pelo total da soma dos empréstimos a pagar a partes relacionadas - circulante e não circulante - deduzida do saldo de caixa e equivalentes de caixa) totalizava R\$ -447 milhões com um índice de alavancagem financeira, que compreende a dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido, de -0,2x.

### (b) Estrutura de Capital

No ano de 2021, a Companhia captou R\$ 515 milhões em empréstimos e, em 2020, R\$ 1.2 bilhão. No ano de 2019, ocorreu a abertura de capital e o pagamento antecipado dos empréstimos com partes relacionadas. A estrutura de capital da Companhia oscilou durante os anos devido a esses fatores.

(em R\$ milhões, exceto %)	Em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
Capital de terceiros	5.677,7	4.654,8	3.297,5

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

(passivo circulante + passivo não circulante)			
Capital próprio (patrimônio líquido)	2.995,0	2.654,8	2.739,6
<b>Capital total (terceiros + próprio)</b>	<b>8.672,7</b>	<b>7.309,6</b>	<b>6.037,1</b>
Parcela de capital de terceiros	65,5%	63,7%	54,6%
Parcela de capital próprio	34,5%	36,3%	45,4%

**(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos**

Entendemos que a Companhia apresenta condições financeiras suficientes para cumprir com seus compromissos financeiros assumidos a serem pagos nos próximos anos. Os índices de liquidez geral (ativo total dividido pela soma do passivo circulante e não circulante) e corrente (ativo circulante dividido pelo passivo circulante) da Companhia em 31 de dezembro de 2021 eram de 1,5 e 1,6, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2021, a Dívida Líquida (representada pelo total da soma dos empréstimos a pagar - circulante e não circulante - deduzida do saldo de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras) da Companhia era de R\$317 milhões. O relacionamento da Companhia com instituições financeiras permite o eventual acesso a linhas de créditos adicionais, na hipótese de haver necessidade.

**(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas**

Nos três últimos exercícios sociais, as principais fontes de financiamento da Companhia foram: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; (ii) captação de empréstimos com partes relacionadas e com terceiros; e (iii) aumento de capital por meio de emissão de ações. Esses recursos são utilizados pela Companhia principalmente para cobrir custos, despesas e investimentos relacionados a: (i) operação de negócios e (ii) desembolso de capital.

Acreditamos que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil adequado da dívida financeira e, conseqüentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

**(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

A Administração não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportados com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende captar recursos junto ao mercado de capitais brasileiro e/ou instituições financeiras.

No item 10.1(f) do Formulário de Referência estão descritas as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia e suas características.

**(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas**

Em 31 de dezembro de 2021 o saldo de empréstimos a pagar era de R\$1.375 bilhão; em 31 de dezembro de 2020, de R\$1.211 bilhão, e, em 31 de dezembro de 2019, não havia empréstimos a pagar.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### (i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possuía R\$1.375 bilhão em contratos de empréstimos vigentes.

### (ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia mantém relações estreitas com as principais instituições financeiras do mercado brasileiro. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possuía transações de longo prazo com instituições financeiras no valor de R\$ 1.254 milhões.

Os Diretores da Companhia esclarecem ainda que as atuais relações com instituições financeiras são adequadas para suprir eventuais necessidades de financiamento para expansão do negócio da Companhia. Novas relações com instituições financeiras poderão ser desenvolvidas em linha com as estratégias da Companhia.

### (iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Nenhuma das dívidas da Companhia existentes em 31 de dezembro de 2021 possuem condição específica de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre elas. O grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor.

### (iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário.

Nenhuma das dívidas da Companhia em 31 de dezembro de 2021 possuem restrições e limites a endividamento e contratação de novas dívidas. O único índice de covenant financeiro existente é o de alavancagem dívida líquida/ebitda, menor ou igual a 3.

Alteração de controle acionário é cláusula de vencimento não automático, cabendo o alinhamento com os credores a respeito do risco do novo controlador.

Alienação de ativos com valor superior a 5% do total do ativo da companhia precisam ser avisadas e aprovadas antecipadamente pelos credores.

### (g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

A Companhia não dispunha, em 31 de dezembro de 2021 de nenhum contrato de financiamento ou limite de contratação que não tenha sido realizado integralmente.

### (h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Os números e análises a seguir apresentados derivam das demonstrações contábeis consolidadas da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS****EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**

<b>DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS</b> <b>(em R\$ milhões, exceto percentual)</b>	<b>Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>AV</b>	<b>Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>AV</b>	<b>AH</b>
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	5.153,2	100,0%	4.085,5	100,0%	26,1%
<b>Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados</b>	(2.755,9)	-53,5%	(2.188,9)	-53,6%	25,9%
<b>LUCRO BRUTO</b>	2.397,3	46,5%	1.896,6	46,4%	26,4%
<b>(DESPESAS) E RECEITAS OPERACIONAIS</b>					
<b>Gerais e administrativas</b>	(487,9)	-9,5%	(491,7)	-12,0%	-4,0%
<b>Vendas</b>	(2.025,6)	-39,3%	(1.648,4)	-40,3%	22,7%
<b>Perdas em créditos, líquidas</b>	(0,5)	0,0%	-	-	-
<b>Outras receitas (despesas) operacionais líquidas</b>	209,5	4,1%	79,3	1,9%	139,1%
<b>LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO<sup>1</sup></b>	92,8	1,8%	(164,2)	-4,0%	-156,4%
<b>Resultado de variação cambial</b>	(0,7)	0,0%	(11,7)	-0,3%	-94,1%
<b>Despesas financeiras</b>	(267,3)	-5,2%	(214,1)	-5,2%	24,7%
<b>Receitas financeiras</b>	176,2	3,4%	134,3	3,3%	23,5%
<b>Resultado financeiro</b>	(91,8)	-1,8%	(91,4)	-2,2%	11,5%
<b>LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DOS IMPOSTOS SOBRE O LUCRO</b>	1,0	-0,0%	(255,7)	-6,3%	-96,4%
<b>Impostos sobre o lucro</b>	328,0	6,4%	89,3	2,2%	267,1%
<b>LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO</b>	329,0	6,4%	(166,3)	-4,1%	-291,5%

**Receita líquida**

A receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$5.153 bilhões comparativamente a R\$4.085 bilhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R\$1.068 bilhões ou 26,1%. Este aumento está relacionado a reabertura das lojas e retomada das vendas, houve um aumento de 34,7% nas vendas em vestuário, entretanto tivemos redução de 5,6% na venda de *Fashiontronics*.

**Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados**

O custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$2.756 bilhões comparativamente a R\$2.189 bilhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R\$567 milhões ou 25,9%. O custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados representava 53,5% e 53,6% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, respectivamente. Sendo assim, manteve-se estável o custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados em relação à receita líquida, tendo em vista o aumento das vendas no período.

**Lucro bruto**

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O lucro bruto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$2.397 bilhões comparativamente a R\$1.897 bilhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R\$501 milhões ou 26,4%. O lucro bruto representava 46,5% e 46,4% da receita líquida (margem bruta) nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, respectivamente. Este aumento na margem bruta é atribuído aos fatores que impactaram o custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados.

### ***Despesas gerais e administrativas***

As despesas gerais e administrativas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foram de R\$488 milhões comparativamente a R\$492 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando uma queda de R\$3,8 milhões ou 0,8%. As despesas gerais e administrativas representavam 9,5% e 12,0% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, respectivamente. Esta queda nas despesas gerais e administrativas é atribuída à reversão de R\$ 39 milhões de contingências trabalhistas e contenção de gastos administrativos diversos.

### ***Despesas com vendas***

As despesas com vendas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foram de R\$2.026 bilhões comparativamente a R\$1.648 bilhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R\$377 milhões ou 22,7%. As despesas com vendas representavam 39,3% e 40,3% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, respectivamente. Um dos fatores para o aumento da despesa foi a decisão da Companhia em adotar o expediente prático previsto no CPC06 (R2) e considerar os descontos de aluguel decorrentes da pandemia como redutor da despesa de ocupação.

### ***Outras receitas (despesas) operacionais líquidas***

As outras receitas operacionais líquidas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foram de R\$209 milhões comparativamente a R\$79 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando uma variação de R\$130 milhões. Esta variação é atribuída, substancialmente ao crédito extemporâneo de PIS e COFINS, deduzidos de gastos com advogados, de consultoria e auditoria; e à recuperação de créditos previdenciários.

### ***Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro***

O lucro antes do resultado financeiro no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$93 milhões comparativamente ao prejuízo de R\$164 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R\$257 milhões. O lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro representava 1,8% e -4,0% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, respectivamente. Esta redução é atribuída aos fatores acima mencionados.

### ***Resultado com variação cambial***

O resultado com variação cambial no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi uma despesa de R\$0,7 milhão comparativamente a uma despesa de R\$11,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R\$11 milhões. Esse resultado é decorrente da valorização do dólar frente ao real em 2021.

### ***Despesas financeiras***

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As despesas financeiras no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foram de R\$267 milhões comparativamente a R\$214 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R\$53 milhões ou 24,7%. Um dos fatores que ocasionaram o aumento está associada ao aumento dos juros sobre empréstimos com terceiros.

### **Receitas financeiras**

As receitas financeiras no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foram de R\$176 milhões comparativamente a R\$134 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R\$42 milhões. Este aumento refere-se à atualização dos créditos tributários extemporâneos.

### **Resultado Financeiro**

O resultado financeiro no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 ocasionou uma despesa de R\$91,8 milhões comparativamente a uma despesa de R\$91,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando uma variação de R\$0,4 milhão. Esta variação é atribuída aos fatores acima mencionados.

### **Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro**

O lucro antes dos impostos sobre o lucro no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$1 milhão comparativamente a um prejuízo de R\$256 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando uma variação de R\$257 milhões. Esta variação é atribuída, substancialmente, ao reconhecimento do crédito tributário referente a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS correspondente à segunda ação judicial, relativa ao período de 2015 a 2017, decorrente de decisão do Supremo Tribunal Federal ("STF") com repercussão geral, embora ainda não transitada em julgado.

### **Impostos sobre o lucro**

Os impostos sobre o lucro no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foram de R\$328 milhões comparativamente a uma receita de R\$89 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando uma variação de R\$239 milhões. Este aumento é atribuído, substancialmente, ao reconhecimento do ganho da ação referente à não tributação do IR/CS sobre a SELIC bem como a respectiva reversão do imposto diferido somando montante de R\$311 milhões.

### **Lucro líquido (prejuízo) do período**

O lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$329 milhões comparativamente a um prejuízo de R\$166 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando uma variação de R\$495 milhões. Esta variação é atribuída, substancialmente, aos fatores acima mencionados.

### **EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS (em R\$ milhões, exceto percentual)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020	AV	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019	AV	AH
RECEITA LÍQUIDA	4.085,5	100,0%	5.285,2	100%	-22,7%

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

<b>Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados</b>	(2.188,9)	-53,6%	(2.717,1)	-51,40%	-19,4%
<b>LUCRO BRUTO</b>	1.896,6	46,4%	2.568,1	48,60%	-26,1%
<b>(DESPESAS) E RECEITAS OPERACIONAIS</b>					
<b>Gerais e administrativas</b>	(491,7)	-12,0%	(498,0)	-9,4%	-1,3%
<b>Vendas</b>	(1.648,4)	-40,3%	(1.755,3)	-33,2%	-6,1%
<b>Outras receitas (despesas) operacionais líquidas</b>	79,3	1,9%	718,3	13,6%	-89,0%
<b>LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>	(164,2)	-4,0%	1.033,1	19,5%	-115,9%
<b>Resultado com derivativos</b>	0,0	0,0%	(26,1)	-0,5%	-100,0%
<b>Resultado de variação cambial</b>	(11,7)	-0,3%	29,6	0,6%	-139,6%
<b>Despesas financeiras</b>	(214,1)	-5,2%	(255,8)	-4,8%	-16,3%
<b>Receitas financeiras</b>	134,3	3,3%	641,3	12,1%	-79,1%
<b>Resultado financeiro</b>	(91,4)	-2,2%	388,9	7,4%	-123,5%
<b>LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DOS IMPOSTOS SOBRE O LUCRO</b>					
<b>O LUCRO</b>	(255,7)	-6,3%	1.422,0	26,9%	-118,0%
<b>Impostos sobre o lucro</b>	89,3	2,2%	(450,0)	-8,5%	-119,9%
<b>LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO</b>	(166,3)	-4,1%	972,0	18,4%	-117,1%

**Receita líquida**

A receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$4.085 bilhões comparativamente a R\$5.285 bilhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de R\$1.199 bilhões ou 22,7%. Esta redução é atribuída substancialmente aos impactos da pandemia, causando uma queda de 24,4% nas vendas em vestuário, e 13,4 na venda de *Fashiontronics*.

**Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados**

O custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$2.189 bilhões comparativamente a R\$2.717 bilhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de R\$528 milhões ou 19,4%. O custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados representava 53,6% e 51,4% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, respectivamente. Esta redução de custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados em relação à receita líquida está associado a redução das vendas no período.

**Lucro bruto**

O lucro bruto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$1.897 bilhão comparativamente a R\$2.568 bilhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de R\$671 milhões ou 26,1%. O lucro bruto representava 46,4% e 48,6% da receita líquida (margem bruta) nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, respectivamente. Esta redução na margem bruta é atribuída aos fatores que impactaram o custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados.

**Despesas gerais e administrativas**

As despesas gerais e administrativas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foram de R\$492 milhões comparativamente a R\$498 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando uma queda de R\$6 milhões ou 1,3%. As despesas gerais e administrativas representavam 12,0% e 9,4% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, respectivamente. Esta queda nas despesas gerais e administrativas é atribuída à reversão de R\$ 10 milhões de contingências trabalhistas e contenção de gastos administrativos diversos.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### ***Despesas com vendas***

As despesas com vendas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foram de R\$1.648 bilhão comparativamente a R\$1.755 bilhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de R\$107 milhões ou 6,1%. As despesas com vendas representavam 40,3% e 33,2% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, respectivamente. Um dos fatores para redução da despesa foi a decisão da Companhia em adotar o expediente prático previsto no CPC06 (R2) e considerar os descontos de aluguel decorrentes da pandemia como redutor da despesa de ocupação.

### ***Outras receitas (despesas) operacionais líquidas***

As outras receitas operacionais líquidas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foram de R\$79 milhões comparativamente a R\$718 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando uma variação de R\$639 milhões. Esta variação é atribuída, substancialmente ao crédito extemporâneo de PIS e COFINS no valor de R\$663 milhões (valor do principal), deduzidos de gastos com advogados, de consultoria e auditoria; e à recuperação de créditos previdenciários, líquidos de gastos com advogados referente ao ganho de ação com PIS/COFINS e ganho da ação da ZFM e Reintegra.

### ***Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro***

O prejuízo antes do resultado financeiro no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$164 milhões comparativamente ao lucro de R\$1.033 bilhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de R\$1.197 bilhão. O lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro representava -4,0% e 19,5% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, respectivamente. Esta redução é atribuída aos fatores acima mencionados.

### ***Resultado com derivativos***

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 não houve resultado com derivativos comparado a uma despesa de R\$26 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, ocasionado pela liquidação do contrato *Swap*.

### ***Resultado com variação cambial***

O resultado com variação cambial no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi uma despesa de R\$12 milhões comparativamente a uma receita de R\$30 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de R\$41 milhões. Esse resultado é decorrente da valorização do dólar frente ao real em 2020.

### ***Despesas financeiras***

As despesas financeiras no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foram de R\$214 milhões comparativamente a R\$256 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de R\$42 milhões ou 16,3%. Um dos fatores que ocasionaram a redução está associada a quitação dos empréstimos com partes relacionadas

### ***Receitas financeiras***

As receitas financeiras no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foram de R\$134 milhões comparativamente a R\$641 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando uma



## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

redução de R\$507 milhões. Esta redução refere-se à atualização dos créditos tributários extemporâneos de PIS COFINS derivados da exclusão de ICMS da base de cálculo, atualização dos créditos tributários da ação judicial da Zona Franca de Manaus (ZFM) e Reintegra Contemplam também os juros referentes a créditos extemporâneos de PIS/COFINS-importação.

### **Resultado Financeiro**

O resultado financeiro no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 ocasionou uma despesa de R\$91 milhões comparativamente a uma receita de R\$389 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando uma variação de R\$480 milhões. Esta redução é atribuída aos fatores acima mencionados.

### **Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro**

O prejuízo antes dos impostos sobre o lucro no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$256 milhões comparativamente a um lucro de R\$1.422 bilhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando uma variação de R\$1.678 bilhão. Esta variação é atribuída, substancialmente, ao reconhecimento dos créditos tributários decorrentes do trânsito em julgado favorável na causa que confirmou o direito da Companhia à exclusão do valor do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS, conforme comentando acima quando da explicação das variações relativas às rubricas “outras receitas (despesas) operacionais, líquidas” e “receitas financeiras” e ao crescimento do lucro bruto associado a uma ligeira melhora na performance comercial.

### **Impostos sobre o lucro**

Os resultados com impostos sobre o lucro no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foram de R\$89 milhões comparativamente a uma despesa de R\$450 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando uma variação de R\$539 milhões. Este aumento é atribuído, substancialmente, ao reconhecimento de imposto diferido no montante de R\$436 milhões, referente ao diferimento da tributação do crédito tributário relativo ao ganho na ação que reconheceu o direito da Companhia de excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

### **Lucro líquido (prejuízo) do período**

O prejuízo do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$166 milhões comparativamente a um lucro líquido de R\$972 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando uma variação de R\$1.138 bilhão. Esta variação é atribuída, substancialmente, aos fatores acima mencionados.

### **BALANÇOS PATRIMONIAIS**

#### **COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020**

ATIVO (em R\$ milhões, exceto percentual) <sup>2</sup>	Em 31 de dezembro de 2021	AV	Em 31 de dezembro de 2020	AV	AH
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	1.050,3	12,1%	1.509,2	20,6%	-30,4%

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Contas a receber	1.145,3	13,2%	1.063,8	14,6%	7,7%
Derivativos	1,5	0,0%	0,2	0,0%	545,0%
Partes relacionadas	0,5	0,0%	0,1	0,0%	305,5%
Estoques	849,3	9,8%	641,0	8,8%	32,5%
Tributos a recuperar	849,2	9,8%	282,7	3,9%	218,6%
Outros ativos	33,3	0,4%	22,9	0,3%	45,4%
Total do ativo circulante	3.929,4	45,3%	3.520,0	48,2%	13,1%
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Aplicações financeiras	7,8	0,1%	-	0,0%	0,0%
Tributos a recuperar	839,8	9,7%	1.157,4	15,8%	-31,9%
Tributos diferidos	378,8	4,4%	71,5	1,0%	429,9%
Depósitos judiciais	61,9	0,7%	81,5	1,1%	-24,0%
Partes relacionadas	0,1	0,0%	-	-	
Outros ativos	2,6	0,0%	2,7	0,0%	-3,6%
Imobilizado	836,3	9,6%	667,2	9,1%	25,3%
Direito de uso – arrendamento mercantil	1.640,3	18,9%	1.514,4	20,7%	8,3%
Intangível	975,7	11,3%	295,0	4,0%	230,8%
Total do ativo não circulante	4.743,3	54,7%	3.789,7	51,8%	23,8%
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>8.672,7</b>	<b>100,0%</b>	<b>7.309,6</b>	<b>100,0%</b>	<b>18,6%</b>

<b>PASSIVO (em R\$ milhões, exceto percentual)</b>	<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>AV</b>	<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>AV</b>	<b>AH</b>
<b>CIRCULANTE</b>					
Arrendamento mercantil	471,7	5,4%	390,6	5,3%	20,8%
Fornecedores	1.400,7	16,2%	1.158,9	15,9%	20,9%
Empréstimos	121,2	1,4%	390,6	5,3%	-69,0%
Derivativos	1,9	0,0%	6,8	0,1%	-71,9%
Obrigações trabalhistas	155,5	1,8%	136,1	1,9%	14,2%
Partes relacionadas	59,0	0,7%	34,8	0,5%	69,8%
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	0,0	0,0%	0,0	0,0%	-23,1%
Tributos a recolher	175,6	2,0%	107,0	1,5%	64,2%
Imposto de renda e contribuição social a recolher	0,5	0,0%	0,3	0,0%	44,2%
Outros passivos	28,9	0,3%	26,6	0,4%	8,6%
Total do passivo circulante	2.415,1	27,8%	2.251,7	30,8%	7,3%

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

NÃO CIRCULANTE					
Arrendamento mercantil	1.342,4	15,5%	1.264,2	17,3%	6,2%
Fornecedores	435,1	5,0%	24,8	0,3%	1653,6%
Empréstimos	1.253,6	14,5%	820,7	11,2%	52,8%
Partes relacionadas	-	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
Obrigações trabalhistas	5,7	0,1%	4,4	0,1%	27,8%
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	169,5	2,0%	230,1	3,1%	-26,3%
Tributos a recolher	16,2	0,2%	25,0	0,3%	-35,1%
Tributos diferidos	-	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
Outros passivos	40,1	0,5%	33,9	0,5%	18,1%
Total do passivo não circulante	3.262,6	37,6%	2.403,1	32,9%	35,8%
Total do patrimônio líquido	2.995,0	34,5%	2.654,8	36,3%	12,8%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8.672,7	100,0%	7.309,6	100,0%	18,6%

**Ativo circulante**

Em 31 de dezembro de 2021, o ativo circulante era de R\$3.929,4 bilhões, e R\$3.520 bilhões em 31 de dezembro de 2020. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante representava 45,9% em 31 de dezembro de 2021 e 48,2% em 31 de dezembro de 2020. Este aumento, de R\$461 milhões ou 13,1%, decorreu, principalmente, em tributos a recuperar (que passou de R\$283 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$849,2 milhões em 31 de dezembro de 2021) com maior impacto na linha de pis e cofins a recuperar.

**Ativo não circulante**

Em 31 de dezembro de 2021, o ativo não circulante era de R\$4.743,3 bilhões, em comparação com R\$3.790 bilhões em 31 de dezembro de 2020. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante representava 54,1% em 31 de dezembro de 2021 e 51,8% em 31 de dezembro de 2020. Este aumento, de R\$902 milhões ou 23,8%, decorreu, principalmente, na linha de intangível (que passou de R\$ 295 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 975 milhões em 31 de dezembro de 2021) devido a recompra Balcão Bradesco de R\$ 415 milhões, tributos diferidos (que passou de R\$71,5 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$378,8 milhões em 31 de dezembro de 2021), devido a não tributação do IR/CS sobre a Selic.

**Passivo circulante**

Em 31 de dezembro de 2021, o passivo circulante era de R\$2.415 bilhões, em comparação com R\$2.252 bilhões em 31 de dezembro de 2020. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante representava 27,8% em 31 de dezembro de 2021 e 30,8% em 31 de dezembro de 2020. Este aumento de R\$163 milhões ou 6,5%, decorreu, principalmente, na linha de fornecedores (que passou de R\$1.159 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$1.401 milhões em 31 de dezembro de 2021) devido a recompra do Balcão Bradesco.

**Passivo não circulante**

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2021, o passivo não circulante era de R\$3.263 bilhões, em comparação com R\$2.403 bilhões em 31 de dezembro de 2020. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante representava 37,6% em 31 de dezembro de 2021 e 32,9% em 31 de dezembro de 2020. Este aumento, de R\$859 milhões ou 35,8%, decorreu, principalmente, na linha de fornecedores (que passou de R\$24 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$435 milhões em 31 de dezembro de 2021) devido a recompra do Balcão Bradesco e na linha de empréstimos pela captação de R\$ 500 milhões em debêntures, com vencimentos posteriores a 31 de dezembro de 2021.

### Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2021, o patrimônio líquido era de R\$2.995 bilhões, em comparação com R\$2.655 bilhões em 31 de dezembro de 2020. Aumento de R\$340 milhões ou 12,8%, deve-se, principalmente, ao lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 que totalizou R\$319 milhões, distribuído na reserva de lucro.

### COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

ATIVO (em R\$ milhões, exceto percentual)	Em 31 de dezembro de 2020	AV	Em 31 de dezembro de 2019	AV	AH
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	1.509,2	20,6%	447,1	7,4%	237,5%
Contas a receber	1.063,8	14,6%	1.151,5	19,1%	-7,6%
Derivativos	0,2	0,0%	0,7	0,0%	-66,0%
Partes relacionadas	0,1	0,0%	0,4	0,0%	-68,9%
Estoques	641,0	8,8%	544,7	9,0%	17,7%
Tributos a recuperar	271,7	3,7%	795,6	13,2%	-65,8%
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	10,9	0,1%	38,0	0,6%	-71,2%
Outros ativos	22,9	0,3%	21,6	0,4%	6,2%
Total do ativo circulante	3.520,0	48,2%	3.000,0	49,7%	17,3%
NÃO CIRCULANTE					
Tributos a recuperar	1.157,4	15,8%	521,1	8,6%	122,1%
Tributos diferidos	71,5	1,0%	-	-	0,0%
Depósitos judiciais	81,5	1,1%	101,8	1,7%	-19,9%
Outros ativos	2,7	0,0%	2,0	0,0%	34,2%
Imobilizado	667,2	9,1%	717,4	11,9%	-7,0%
Direito de uso – arrendamento mercantil	1.514,4	20,7%	1.507,8	25,0%	0,4%
Intangível	295,0	4,0%	187,3	3,1%	57,5%
Total do ativo não circulante	3.789,7	51,8%	3.037,1	50,3%	24,8%
TOTAL DO ATIVO	7.309,6	100,0%	6.037,1	100,0%	21,1%

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

<b>PASSIVO (em R\$ milhões, exceto percentual)</b>	<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>AV</b>	<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>AV</b>	<b>AH</b>
<b>CIRCULANTE</b>					
Arrendamento mercantil	390,6	5,3%	357,9	5,9%	9,1%
Fornecedores	1.158,9	15,9%	804,0	13,3%	44,1%
Empréstimos	390,6	5,3%	0,0	0,0%	0,0%
Derivativos	6,8	0,1%	3,9	0,1%	74,1%
Obrigações trabalhistas	136,1	1,9%	128,6	2,1%	5,9%
Partes relacionadas	34,8	0,5%	69,5	1,2%	-50,0%
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	0,0	0,0%	144,8	2,4%	-100,0%
Tributos a recolher	107,0	1,5%	183,6	3,0%	-41,7%
Imposto de renda e contribuição social a recolher	0,3	0,0%	35,7	0,6%	-99,1%
Outros passivos	26,6	0,4%	23,1	0,4%	15,3%
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>2.251,7</b>	<b>30,8%</b>	<b>1.751,1</b>	<b>29,0%</b>	<b>28,6%</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Arrendamento mercantil	1.264,2	17,3%	1.229,8	20,37%	2,8%
Fornecedores	24,8	0,3%	0,0	0,0	0,0%
Empréstimos	820,7	11,2%	0,0	0,0	0,0%
Partes relacionadas	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
Obrigações trabalhistas	4,4	0,1%	3,6	0,1%	23,4%
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	230,1	3,1%	233,8	3,9%	-1,6%
Tributos a recolher	25,0	0,3%	1,1	0,0%	2172,5%
Tributos diferidos	0,0	0,0%	45,6	0,8%	-100,0%
Outros passivos	33,9	0,5%	32,6	0,5%	4,0%
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>2.403,1</b>	<b>32,9%</b>	<b>1.546,4</b>	<b>25,6%</b>	<b>55,4%</b>
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>2.654,8</b>	<b>36,3%</b>	<b>2.739,6</b>	<b>45,38%</b>	<b>-3,1%</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>7.309,6</b>	<b>100,0%</b>	<b>6.037,1</b>	<b>100%</b>	<b>21,1%</b>

**Ativo circulante**

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo circulante era de R\$3.520 bilhões, e R\$3.000 bilhões em 31 de dezembro de

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

2019. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante representava 48,2% em 31 de dezembro de 2020 e 49,7% em 31 de dezembro de 2019. Este aumento, de R\$520 milhões ou 17,3%, decorreu, principalmente, do aumento no saldo de caixa e equivalentes de caixa (que passou de R\$447 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$1.509 milhão em 31 de dezembro de 2020) com maior impacto na linha de aplicações financeiras.

### **Ativo não circulante**

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo não circulante era de R\$3.790 bilhões, em comparação com R\$3.037 bilhões em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante representava 51,8% em 31 de dezembro de 2020 e 50,3% em 31 de dezembro de 2019. Este aumento, de R\$1.272 bilhão ou 24,8%, decorreu, principalmente, na linha de tributos a recuperar (que passou de R\$521 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$1.157 bilhão em 31 de dezembro de 2020), devido à nova estimativa de realização dos créditos de PIS e Cofins na base de cálculo do ICMS e ao reconhecimento de créditos tributários referente a ZFM e Reintegra.

### **Passivo circulante**

Em 31 de dezembro de 2020, o passivo circulante era de R\$2.252 bilhões, em comparação com R\$1.751 bilhão em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante representava 30,8% em 31 de dezembro de 2020 e 29,0% em 31 de dezembro de 2019. Este aumento de R\$501 milhões ou 28,6%, decorreu, principalmente, pela captação de empréstimos, com a parcela de R\$391 milhões vencendo em até 1 ano em 31 de dezembro de 2020, e aumento de R\$355 milhões em fornecedores.

### **Passivo não circulante**

Em 31 de dezembro de 2020, o passivo não circulante era de R\$2.403 bilhões, em comparação com R\$1.546 bilhão em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante representava 32,9% em 31 de dezembro de 2020 e 25,6% em 31 de dezembro de 2019. Este aumento, de R\$857 milhões ou 55,4%, decorreu, principalmente, pela captação de R\$ 821 milhões em empréstimos, com vencimentos posteriores a 31 de dezembro de 2021.

### **Patrimônio líquido**

Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido era de R\$2.655 bilhões, em comparação com R\$2.740 bilhões em 31 de dezembro de 2019. Redução de R\$85 milhões ou 3,1%, deve-se, principalmente, ao prejuízo líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 que totalizou R\$166 milhões, ocasionado pela reversão de parte da reserva de lucro para absorção do prejuízo.

### **FLUXO DE CAIXA**

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa consolidado da Companhia para os períodos indicados:

#### **EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**

Exercício social encerrado em 31 de dezembro			
(em R\$ milhões, exceto percentual)	2021	2020	AH
Caixa líquido originado das (aplicado nas) atividades	480,8	604,6	-20,5%

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

operacionais

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(571,3)	(260,0)	119,7%
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(360,6)	717,4	-150,3%

**Atividades operacionais**

O caixa líquido originado das atividades operacionais totalizou R\$481 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, comparado a um caixa líquido aplicado nas atividades operacionais de R\$605 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Essa variação de R\$124 milhões é justificada sobretudo pelos seguintes itens:

- (i) transferência da operação de desconto de fornecedores para bancos, fazendo com que a C&A pague suas obrigações no vencimento original;
- (ii) Ganho/reconhecimento de processos tributários;
- (iii) Aumento de recebimento de cliente e estoque;

**Atividades de investimento**

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento totalizou R\$571 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, comparado a R\$260 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento de R\$311,3 milhões ou 119,7%, é justificado, pela aquisição de R\$302,9 milhões em imobilizado e R\$268,6 de intangível no período.

**Atividades de financiamento**

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento totalizou R\$361 milhões para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 comparado a R\$717 milhões para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Essa redução de R\$1.078 bilhão, é justificada pela captação de novos empréstimos no montante de R\$ 515 milhões em 2021, pagamento de R\$ 382 milhões de empréstimos e pagamento de principal e juros de arrendamentos no montante de R\$438 milhões em 2021.

**EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**

Exercício social encerrado em 31 de dezembro			
(em R\$ milhões, exceto percentual)	2020	2019	AH
Caixa líquido originado das (aplicado nas) atividades operacionais	604,6	851,9	-29,0%
Caixa líquido aplicado nas	(260,0)	(321,3)	-19,1%

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

atividades de investimento

Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	717,4	(529,5)	-235,5%
--	-------	---------	---------

---

**Atividades operacionais**

O caixa líquido originado das atividades operacionais totalizou R\$605 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, comparado um caixa líquido aplicado nas atividades operacionais de R\$852 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Essa variação de R\$247 milhões, é justificada sobretudo pelos seguintes itens:

- (i) transferência da operação de desconto de fornecedores para bancos, fazendo com que a C&A pague suas obrigações no vencimento original.

**Atividades de investimento**

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento totalizou R\$260 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, comparado a R\$321 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Essa redução de R\$61,3 milhões ou 19,1%, é justificado, principalmente, pelos efeitos da pandemia e pela negociação de investimentos com prazos de pagamento mais longos.

**Atividades de financiamento**

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento totalizou R\$717 milhões para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 comparado a R\$529 milhões para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento de R\$1.247 bilhão, é justificado pela captação de empréstimos no montante de R\$ 1 bilhão em 2020.



## 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

### (a) Resultados das operações do emissor

#### (i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Entendemos que a base de sustentação das receitas da Companhia, consequentemente de suas operações, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 foi composta substancialmente por revenda de produtos de vestuário e de aparelhos celulares e pela oferta de produtos e serviços financeiros através do C&A Pay e a parceria com o Banco Bradesco S.A. e, em menor proporção, por receita decorrente de prestação de serviços, como por exemplo (i) receitas com serviços de tecnologia da informação, (ii) receitas com fretes, (iii) receitas de comissionamento na comercialização de planos de telefonia e recarga, e (iv) receita de *marketplace* que são receitas de comissionamento em plataforma digital cedida onde parceiros comerciais oferecem seus produtos e serviços.

#### (ii) Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais

A Companhia está inserida no segmento de varejo de moda e nossas operações consistem principalmente na venda de produtos de vestuário e de telefones celulares. Assim, nossos resultados operacionais dependem de condições macroeconômicas e são influenciados pelos seguintes fatores:

(i) *Crescimento real do Produto Interno Bruto e poder de compra dos consumidores*: Nossa indústria de varejo é sensível a variações no poder de compra dos consumidores. Indicadores como o PIB, que nos anos de 2019, 2020 e 2021 apresentou variação de 1,1%, 4,1% e 4,6%, respectivamente e a taxa média anual de desemprego, que nos anos de 2019, 2020 e 2021 apresentou-se em 11,9%, 13,5% e 13,5%, refletem uma perspectiva econômica desafiadora no país e que pode gerar possíveis oscilações de demanda no país.

(ii) *Inflação*: Podemos perceber o seu impacto principalmente em nossas despesas, como salários, contratos de aluguel e matérias de consumo, que em sua maioria, são reajustados anualmente com índices atrelados ao IPCA ou IGPM. A inflação (IPCA) apresentou variação de 4,3%, 4,5% e 10,1%, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2020 e 2021, respectivamente.

(iii) *Taxa de câmbio*: A taxa de câmbio afeta os nossos resultados operacionais principalmente através do seu impacto no custo da mercadoria vendida, uma vez que parte dos nossos produtos são importados. Oscilações na cotação do dólar podem fazer com que nossos custos aumentem. Nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019, 2020 e 2021, o dólar apresentou variação ao ano de 4,0%, 28,9% e 7,4% respectivamente.

(iv) *Comportamento de compra do consumidor*: Estamos constantemente avaliando quais são as demandas dos nossos clientes e quais tendências podem refletir em possíveis mudanças de comportamento de compra. Realizamos pesquisas de tendências, inovações e satisfação com nossos consumidores e não consumidores também para entender onde podemos melhorar nossos processos comerciais. A implementação e desenvolvimento do conceito omni-canal são exemplos de mudanças que realizamos para acompanhar e garantir a melhor experiência de compras para as nossas clientes.

(v) *Sazonalidade*: O varejo apresenta forte sazonalidade, com trimestres bem distintos. No segundo trimestre temos o Dia das Mães e no quarto trimestre o *Black Friday* e o Natal, datas relevantes para o varejo do vestuário.

(vi) *Clima*: O varejo de moda é suscetível às condições climáticas, especialmente durante os meses de inverno. Por exemplo, durante esta estação períodos prolongados de temperaturas mais altas podem deixar uma parte de nosso

## 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

estoque incompatível com tais condições inesperadas. Desta forma, períodos de clima alterado podem levar a Companhia a comercializar o excesso de estoques com descontos de preços, reduzindo assim nossas margens.

### (b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A Companhia busca desenvolver os seus produtos seguindo as tendências de moda que estão constantemente mudando. Dessa forma a Companhia, bem como o segmento de moda, tem nos seus produtos, ciclos de vida extremamente curtos, com alterações que dificultam a comparação de preços de um período para outro. Dessa forma, não se pode atribuir à inflação um impacto relevante no crescimento da receita de vendas de mercadoria. Da mesma forma, comparar ou atribuir crescimento de receita por conta de alterações de volume de produtos vendidos pode levar a conclusões inadequadas, uma vez que não necessariamente se está ofertando os mesmos produtos de um período para outro.

Possuímos um *mix* balanceado entre produtos nacionais e importados. E a política de preços da Companhia é mais fortemente associada ao poder de compra dos consumidores e aos preços praticados pela nossa concorrência. Sendo assim, variações na taxa de câmbio não necessariamente refletem em ajustes de preços ou variações na receita.

### (c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Conforme mencionado anteriormente, a Companhia, bem como o segmento de moda, tem nos seus produtos, ciclos de vida extremamente curtos, com alterações que dificultam tanto a comparação de preços como a comparação de custos de mercadorias vendidas de um período para outro. Ainda que a taxa de inflação possa sensibilizar os nossos custos, a nossa gestão e o nosso trabalho com a cadeia de fornecimento buscam mitigar estes impactos.

Contudo, entendemos que variações na taxa de inflação têm impacto significativo em nossas despesas. Ainda que melhorias na gestão da Companhia e maior eficiência nos processos internos mitiguem parte dos efeitos inflacionários, nossas despesas são diretamente impactadas pela inflação, principalmente salários, contratos de aluguel, despesas com frete e energia elétrica, que em sua maioria, são reajustados anualmente com índices atrelados ao IPCA ou IGPM.

De forma similar, as variações das taxas de câmbio impactam diretamente os custos de mercadoria. O aumento na taxa de câmbio aumenta o custo o qual pode não ser repassado integralmente para o preço, o que poderá afetar a margem bruta com a venda mercadorias. Contudo, nossos produtos são, em sua maioria, de origem nacional e para mitigar possíveis impactos na margem de produtos importados decorrentes de alterações nas taxas de câmbio, a Companhia possui operação de hedge, através de contratos de compra de dólar futuro (NDF – Non Deliverable Forward).

Risco	Nocional USD	Cenários Negativos		
		Cenário Provável	Cenário Possível +25%	Cenário Remoto + 50%

**10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**

			(Pagar)/ Receber	USD 1 = R\$ 5,60	USD 1 = R\$ 7,00	USD 1 = R\$ 8,40
Objeto de hedge	Pedidos de compra de mercadorias importadas e importação em andamento	Alta do dólar	(69.528)	(1.356)	(98.695)	(196.034)
	Instrumento de Hedge NDF	Baixa do dólar	29.758	580	42.241	83.902
<b>Exposição líquida de pedidos de importação</b>			<b>(39.770)</b>	<b>(776)</b>	<b>(56.454)</b>	<b>(112.132)</b>
Impostos não recuperáveis <b>(36%)</b>			(25.030)	(488)	(35.530)	(70.572)
<b>Exposição líquida total</b>			<b>(64.800)</b>	<b>(1.264)</b>	<b>(91.984)</b>	<b>(182.704)</b>
<b>Efeito no resultado líquido de IR/CS</b>			<b>(42.768)</b>	<b>(834)</b>	<b>(60.709)</b>	<b>(120.585)</b>

O aumento da taxa básica de juros não afeta de forma relevante o nosso resultado, pois em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possuía empréstimos vigentes e aplicações financeiras atrelados ao CDI, os quais se compensavam parcialmente.

Consolidado								
Risco	Saldo em 31/12/2021	Taxa	Cenário provável	Aumento nos Juros		Queda nos juros		
				Cenário possível + 25%	Cenário remoto + 50%	Cenário possível - 25%	Cenário remoto - 50%	
Aplicações financeiras(ii)	Baixa CDI	985.355	CDI	109.574	136.968	164.361	82.181	54.787
Empréstimos	Alta CDI	(1.374.826)	CDI	(159.067)	(198.834)	(238.601)	(119.301)	(79.534)
<b>Exposição líquida/Efeito resultado antes IR/CS</b>		<b>(389.471)</b>		<b>(49.493)</b>	<b>(61.866)</b>	<b>(74.240)</b>	<b>(37.120)</b>	<b>(24.747)</b>
Efeito no resultado líquido de IR/CS				<b>(32.665)</b>	<b>(40.832)</b>	<b>(48.998)</b>	<b>(24.499)</b>	<b>(16.333)</b>

**10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs****(a) Introdução ou alienação de segmento operacional**

Não houve nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia que se caracterize como alienação ou introdução de unidade geradora de caixa.

**(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

Todas as informações sobre constituição, aquisição ou alienação de participação societária envolvendo a Companhia e sociedades de seu grupo econômico já foram disponibilizadas nos itens 8.1 e 15.7 do Formulário de Referência.

**(c) Eventos ou operações não usuais**

Não houve, durante os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

## 10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

### (a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

Desde 1º de janeiro de 2019, a Companhia adotou as novas interpretações contábeis do CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil em substituição às orientações existentes no CPC 06 (R1)/IAS 17 e a interpretação ICPC 22/IFRIC 23 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro.

### (b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

#### CPC 47/IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes

A Companhia avaliou os efeitos da aplicação da norma e não identificou alterações ou impactos no reconhecimento de suas receitas, no que diz respeito às possíveis variações nos valores contabilizados e às variações nas atividades de controles executados, dado que a receita sempre foi reconhecida no modelo “*cash and carry*”, ou seja, a mercadoria passa ao controle do cliente no momento do recebimento da contraprestação e, no caso de mercadorias vendidas a prazo, na extensão em que as obrigações de desempenho sejam cumpridas pela Companhia.

O direito de devolução pelo cliente também não causa efeito relevante uma vez que, na maior parte dos casos, as devoluções ocorrem seguidas de uma nova compra. A exceção é a operação de e-commerce, mas que pelo seu tamanho ainda não demanda uma provisão.

Foi avaliado o comportamento da utilização de vale-troca e cartões presentes para possível reconhecimento de quebra no momento da emissão. Esses instrumentos têm prazo de validade de um mês e um ano respectivamente. A Administração avaliou o volume não utilizado e considerou não ser relevante a ponto de demandar um ajuste nas receitas.

#### CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Operações de arrendamento mercantil

O CPC06 (R2) / IFRS16 introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos nas informações contábeis de arrendatários. Como resultado, a Companhia, como arrendatária, reconheceu os ativos de direito de uso que representam seus direitos de utilizar os ativos subjacentes e os passivos de arrendamento que representam sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento.

A Companhia classificava anteriormente arrendamentos operacionais ou financeiros com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia ou não substancialmente todos os riscos e benefícios pela utilização do ativo. De acordo com o CPC 06 (R2) /IFRS 16, a Companhia reconhece no balanço patrimonial os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para a maioria dos contratos de arrendamentos.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente dos contratos. A Companhia utilizou como componente do custo os valores de pagamentos de arrendamento fixos ou fixos em essência, que seriam os pagamentos mínimos acordados em contratos com pagamentos variáveis de acordo com atingimento de receitas, líquido dos efeitos de PIS e COFINS. Aos montantes de ativo por direito de uso também são adicionados pagamentos antecipados de arrendamentos, provisões para restauração de lojas, e são deduzidos incentivos recebidos de arrendadores. Os valores de pagamentos especificamente variáveis são reconhecidos

## 10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

mensalmente como despesas operacionais.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início do contrato, descontados usando a taxa de juros incremental no arrendamento, que é definida como a taxa de juros nominal equivalente ao que o arrendatário teria ao contratar um empréstimo por prazo semelhante e com garantia semelhante.

### *Efeitos de transição*

A Companhia aplicou julgamento para determinar o prazo de arrendamento de alguns contratos, considerando o disposto na Lei nº 8.245 (Lei do Inquilinato), que concede ao arrendatário o direito de renovações contratuais quando determinadas condições forem atendidas, bem como práticas passadas referente ao sucesso da Companhia na renovação de seus contratos. A avaliação se a Companhia está razoavelmente certa de exercer essas opções tem impacto no prazo do arrendamento, o que afeta significativamente o valor dos passivos de arrendamento e dos ativos de direito de uso reconhecidos.

Na transição, para arrendamentos classificados como arrendamentos operacionais segundo o CPC 06(R2) / IFRS16, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia em 1º de janeiro de 2019. Os ativos de direito de uso foram mensurados ao valor equivalente ao passivo de arrendamento na data de adoção inicial, acrescidos dos pagamentos antecipados. Na adoção inicial foram também reclassificados os ativos de provisão para desmantelamento de lojas e os incentivos recebidos dos arrendadores para a composição do direito de uso

A Companhia optou por utilizar o expediente prático de transição e não reconhecer os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para alguns arrendamentos de ativos de baixo valor, bem como com prazos de arrendamento inferiores a 12 meses. A Companhia reconhece os pagamentos associados a esses arrendamentos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

Adicionalmente, a Companhia não considerou custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data de aplicação inicial.

Ao mensurar os passivos de arrendamento para aqueles arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais, a Companhia inicialmente descontou os pagamentos do arrendamento utilizando a sua taxa incremental de empréstimo em 1º de janeiro de 2019. A taxa média ponderada aplicada foi de 3,0% a 4,6% ao ano, dependendo dos prazos dos contratos.

A aplicação dos critérios acima mencionados resultou no reconhecimento, em 1º de janeiro de 2019, de um ativo por direito de uso e um passivo de arrendamento no montante de R\$1.738 bilhão, que complementados pelas reclassificações de saldos já registrados no balanço na data de adoção, resultaram em um ativo por direito de uso e passivo de arrendamento final de R\$1.742 bilhão e R\$1.738 bilhão, respectivamente, representado por imóveis alugados para utilização como lojas, centro de distribuição e data center.

### *Efeitos da adoção das Orientações Contidas no Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/nº 01/2020*

Com a emissão do referido Ofício, a Companhia revisou suas premissas de cálculo do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento e passou a considerar os fluxos de pagamentos futuros sem o desconto dos créditos de

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

PIS e COFINS potencial e passou a descontá-los a uma taxa de juros nominal que varia de 6,6% a 8,8%. Essa metodologia está de acordo com o CPC06 (R2) /IFRS16.

Os efeitos dessa alteração foram considerados prospectivamente como remensuração na movimentação dos saldos de arrendamentos.

**ICPC 22/IFRIC 23 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro**

O CPC 32 especifica requisitos para tributos correntes e tributos diferidos ativos e passivos. A Companhia deve aplicar os requisitos do CPC 32 com base na legislação tributária aplicável. Contudo, pode não estar claro como a legislação tributária se aplica a determinada transação. A aceitação de determinado tratamento tributário, de acordo com a legislação fiscal, pode não ser conhecida até que a respectiva autoridade fiscal ou tribunal tome uma decisão no futuro.

Consequentemente, a contestação ou o exame de determinado tratamento fiscal pela autoridade fiscal pode afetar a contabilização do tributo corrente ou diferido ativo ou passivo da entidade.

Na avaliação da Companhia não houve impacto significativo em decorrência desta interpretação, uma vez que todos os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e precedentes de Tribunais Administrativos e Judiciais.

**(c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor**

Os Diretores da Companhia informam que os relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 não possuem ressalvas ou ênfases.

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais incluem as disposições da Lei das S.A. e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem:

- a) determinação de vida útil do ativo imobilizado e intangível;
- b) análise de recuperação dos valores do ativo imobilizado e intangível;
- c) provisões para perdas esperadas de créditos;
- d) provisão para perdas nos estoques;
- e) realização do imposto de renda e contribuição social diferidos;
- f) taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de ativos e passivos;
- g) provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas;
- h) determinação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos;
- i) provisão para restauração de lojas à sua condição original;
- j) participação nos lucros;
- k) pagamentos com base em ações; e
- l) determinação das taxas de juros incrementais e prazo dos contratos a serem utilizadas para efetuar a contabilização dos fluxos de caixa de passivos de arrendamento.

Os Diretores da Companhia esclarecem que as políticas contábeis consideradas críticas foram selecionadas com base na relevância que poderiam causar nas demonstrações financeiras da Companhia e encontram-se descritas abaixo.

Os resultados reais desses valores contábeis podem diferir dessas estimativas, portanto, para melhor adequar a realidade da Companhia ao disposto acima, a Companhia revisa as suas premissas continuamente e os possíveis efeitos decorrentes destas revisões são reconhecidos no exercício ou período em que as estimativas são revistas.

De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive quanto a variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, foram sumarizadas as principais políticas contábeis críticas envolvendo esses julgamentos da administração, incluindo as premissas e as variáveis nas quais se baseiam essas políticas:

### **Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

A Administração revisa ao final de cada exercício o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar



## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização (impairment) ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Cada loja é definida como uma unidade geradora de caixa. A Companhia considera como indicativo de perda de valor recuperável lojas que apresentam ao final do exercício store contribution menor que 5% sobre as vendas líquidas.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros detalhados, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto depois dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada.

A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda.

Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa.

Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não ultrapasse o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação e amortização), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Esta reversão é reconhecida no resultado.

### **Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas**

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Nos casos em que a provisão possui um depósito judicial correspondente e a Companhia tem a intenção de liquidar o passivo e realizar o ativo simultaneamente, os valores são compensados para fins de apresentação nas demonstrações contábeis.

### **Benefícios de aposentadoria e outros benefícios pós-emprego**

A Companhia é patrocinadora da Cyamprev - Sociedade de Previdência Privada, uma entidade fechada de

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

previdência complementar, que tem como finalidade instituir planos de previdência ao grupo de funcionários de suas patrocinadoras. Em essência, os planos previdenciários patrocinados pela Companhia são estruturados na modalidade de contribuição definida. Os planos de benefícios são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício para verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos atuais e futuros. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos de acordo com o regime de competência.

### **Provisão para restauração das lojas**

Ao firmar contratos de aluguel com terceiros, a Companhia assume a obrigação de restaurar o imóvel, ao final do contrato, nas mesmas condições em que o espaço foi disponibilizado. Nessas situações uma provisão para restauração das lojas é constituída em contrapartida ao ativo imobilizado ou ao ativo de direito de uso, no caso de lojas sujeitas ao IFRS16/CPC06, com base em estimativa histórica de gastos com restaurações. O ativo imobilizado é amortizado no mesmo prazo do contrato de aluguel. A Administração revisa as estimativas de gastos ao final de cada exercício.

### **Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros**

A Companhia mensura instrumentos financeiros, como, por exemplo, derivativos, a valor justo em cada data de fechamento do balanço patrimonial.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; ou
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo.

O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

*Nível 1* - preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

*Nível 2* - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável;

*Nível 3* - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis de forma recorrente, a Empresa determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) ao final de cada período de divulgação.

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

### Ajuste a valor presente de ativos e passivos

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários são calculados e somente registrados se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

### Arrendamento mercantil

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente dos contratos. A Companhia utilizou, como componente do custo, os valores de pagamentos de arrendamento fixos ou fixos em essência, que seriam os pagamentos mínimos acordados em contratos com pagamentos variáveis de acordo com atingimento de receitas, bruto de PIS e COFINS. Aos montantes de ativo por direito de uso também são adicionados pagamentos antecipados de arrendamentos e provisões para restauração de lojas e são deduzidos incentivos recebidos de arrendadores. Os valores de pagamentos especificamente variáveis são reconhecidos mensalmente como despesas operacionais.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início do contrato, descontados usando a taxa de juros incremental, que é definida como a taxa de juros nominal (com inflação) equivalente ao que a Companhia teria ao contratar um empréstimo por prazo semelhante e com garantia semelhante.

A Companhia aplicou julgamento para determinar o prazo de arrendamento de alguns contratos, considerando o disposto na Lei nº 8.245 (Lei do Inquilinato), que concede ao arrendatário o direito de renovações contratuais quando determinadas condições forem atendidas, bem como práticas passadas referente ao sucesso da Companhia na renovação de seus contratos. A avaliação se a Companhia está razoavelmente certa de exercer essas opções tem impacto no prazo do arrendamento, o que afeta significativamente o valor dos passivos de arrendamento e dos ativos de direito de uso reconhecidos. Baseado no histórico das últimas renovações, nos quais, os prazos e valores negociados diferem substancialmente dos contratos vencidos, a Companhia considera as renovações como um novo contrato, portanto não considera renovação no prazo.

### Efeitos da adoção das Orientações Contidas no Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/nº 01/2020

Com a emissão do referido Ofício e elucidação de alguns pontos controversos relacionados à adoção da nova norma, a Companhia revisou suas premissas de cálculo do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento e passou a considerar os fluxos de pagamentos futuros brutos dos potenciais créditos de PIS e COFINS potencial e passou a descontá-los a uma taxa de juros incremental nominal. Essa metodologia está de acordo com o CPC06 (R2)/IFRS16. Os efeitos dessa alteração foram considerados prospectivamente como remensuração na movimentação dos saldos de arrendamentos.

### Provisão para perda dos estoques

A provisão para perda dos estoques é estimada com base nas perdas históricas da Companhia, computadas por meio de inventários físicos realizados ao menos anualmente. Também são constituídas provisões para mercadorias consideradas de baixa movimentação, baseadas na idade do estoque.

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

### Plano de remuneração baseado em ações

A Companhia oferece a seus executivos planos de remuneração baseados em ações, que compreendem opções a serem liquidadas exclusivamente com emissão ou entrega de ações ordinárias da própria Companhia.

Os planos são mensurados pelo valor justo na data da outorga. Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza métodos de valorização apropriados.

O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido como despesa, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido na conta de reserva de capital, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao direito de exercício da opção (vested). A despesa acumulada reconhecida para as transações liquidadas com instrumentos patrimoniais em cada data-base até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição foi cumprido e a melhor estimativa da Companhia do número de títulos patrimoniais que serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do exercício é registrada na conta de despesas administrativas.

Quando o plano é cancelado (exceto quando o cancelamento ocorra por perda do direito ao instrumento patrimonial por não atender às condições de concessão), este é tratado como se tivesse sido adquirido na data do cancelamento, e qualquer despesa não reconhecida do plano é registrada imediatamente.

As opções em aberto são refletidas no cálculo do lucro por ação diluído.

**10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**

**(a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:**

**(i) Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há arrendamentos mercantis operacionais (leasing), ativos ou passivos, não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2021.

**(ii) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2021.

**(i) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2021.

**(iv) Contratos de construção não terminada**

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há construção não terminada não evidenciada no balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2021.

**(v) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2021.

**(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Os Diretores informam que não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

**10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

**(a) Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Conforme mencionado no item 10.6 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

**(b) Natureza e o propósito da operação**

Conforme mencionado no item 10.6 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

**10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs****(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Conforme mencionado no item 10.6 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

**10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados****(a) Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Conforme mencionado no item 10.6 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

**(b) Natureza e o propósito da operação**

Conforme mencionado no item 10.6 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

**(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Conforme mencionado no item 10.6 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

## 10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

### (a) Investimentos

#### (i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento dos investimentos previstos

Em 2019, a C&A investiu R\$ 321 milhões em lojas, sistemas e equipamentos de tecnologia, logística e frentes digitais, sendo R\$ 197 milhões (61,4% do total) nas suas lojas, dos quais R\$ 66 milhões na aceleração da expansão, um dos pilares da sua estratégia de crescimento, com a abertura de 10 novos pontos de venda. O valor de R\$ 132 milhões foi investido em reformas, sendo uma parte destinado para as 74 lojas CVP que foram redesenhadas para melhorar a experiência dos clientes. Dos R\$ 15 milhões (4,6% do total) investidos nos Centros de Distribuição a maior parcela foi na implementação do primeiro *sorter* – equipamento para separação de produtos individualizados SKUs – que está alinhado com a estratégia de modernização do modelo de operação da cadeia de suprimentos, trazendo mais velocidade e assertividade e suportando o plano de expansão. Os demais investimentos de R\$ 109 milhões (34,0%) foram destinados em sua maioria para Tecnologia e evolução das frentes digitais, proporcionando avanços importantes nas iniciativas de omni-canalidade, aceleração do e-commerce e CRM.

O investimento em 2020 foi de R\$ 303 milhões. O grande foco de investimento foi em tecnologia no valor de R\$119 milhões, que além dos investimentos de sustentação recorrentes, focou em projetos de digitalização com contratação e implantação de várias ferramentas, como por exemplo para melhoria de performance e experiência do aplicativo. Também houve investimentos na cadeia de suprimentos no valor de R\$ 45 milhões e em novas lojas e reformas no valor de R\$ 138 milhões.

Em 2021, nosso investimento foi de R\$ 682 milhões divididos nas diferentes alavancas como novas lojas e formatos, melhor oferta de produtos financeiros, transformação digital e modernização da cadeia de suprimentos. As alavancas que mais receberam investimentos foram as de cadeia de suprimentos/centros de distribuição e digital, chegando a 56% do valor total.

Em 2022, continuaremos nosso investimento voltado para as alavancas estratégicas da companhia, relacionadas a abertura de novas lojas, transformação digital, produtos financeiros e desenvolvimento da cadeia de suprimentos, além do investimento para a sustentação de nossas operações. De um investimento em torno de R\$ 500 milhões, mais de 50% será destinado para a as alavancas digital e novas lojas.

#### (ii) Fontes de financiamento dos investimentos

Nos três últimos exercícios sociais, as principais fontes de financiamento da Companhia foram: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; (ii) captação de empréstimos com partes relacionadas e terceiros; e (iii) aumento de capital social por meio de emissão de ações.

Acreditamos que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de investimentos, sempre preservando o perfil adequado da dívida financeira e, consequentemente, a capacidade de pagamento da Companhia. O relacionamento da Companhia com instituições financeiras de primeira linha permite o eventual acesso a linhas de créditos adicionais, na hipótese de haver necessidade.

#### (iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possuía desinvestimentos em andamento ou previsto.

### (b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor



**10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios**

Em 31 de dezembro de 2021, conforme descrito no fato relevante publicado pela Companhia em 09 de novembro de 2021 e na nota explicativa “18. Combinação de Negócios” das Demonstrações Financeiras, ocorreu a compra do direito de conceder crédito (C&A Pay).

Não houve qualquer outra aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente na capacidade produtiva da Companhia.

**(c) Novos produtos e serviços****(i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

Não aplicável.

**(ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços**

Não aplicável.

**(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados**

Não aplicável.

**(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não aplicável.

**10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes que não tenham sido divulgadas nos demais itens desta seção.

A Companhia não possui informações a prestar sobre despesas com publicidade, patrocínios, parcerias e convênios.